O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL OU PROTECIONISMO?

NA ÚLTIMA década, o agronegócio brasileiro fez avanços importantes na adoção de práticas sustentáveis e no combate ao desmatamento ilegal. No entanto, alinhada à preocupação com a preservação ambiental, a União Europeia (UE) anunciou, em 19 de abril último, que proibirá a importação de produtos agropecuários provenientes de áreas desmatadas após dezembro de 2020. Essa medida representa uma ameaça ao Brasil, que poderá sofrer sanções no comércio internacional com o bloco. O nosso Código Florestal é rigoroso e permite, por exemplo, o desmatamento legal em apenas 20% das propriedades no bioma Amazônia (80% da área deve ser mantida como Reserva Legal), mas os legisladores europeus ignoraram essa distinção. Nesse sentido, fica a pergunta: a medida adotada pela UE, voltada para a preservação ambiental, pode ser entendida como justa ou representa protecionismo? Na análise apresentada no nosso artigo de capa, produzido pelo Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), mostramos que a Organização Mundial do Comércio (OMC) já possui precedentes para a interpretação das suas regras em casos futuros sobre o assunto, mas ainda se mostra inconclusiva quanto a uma série de questões.

Voltando o olhar para a economia interna, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária cresceu 21,6% no primeiro trimestre do ano e impulsionou o resultado de toda a economia brasileira. Foi o maior crescimento desde 1996. No caso da soja, o aumento da produção foi de mais de 24% em relação ao mesmo período do ano passado. Com previsão de uma safra recorde para este ano, o agro continuará influenciado muito o resultado do PIB.

A divulgação da desaceleração do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em abril último fez o mercado revisar para baixo a expectativa de inflação para o ano. Somada à aprovação do arcabouço fiscal – que, neste momento, está em discussão no Senado –, a tendência é de queda na taxa básica de juros da economia (Selic) nos próximos meses. Mas o Brasil ainda terá uma Selic próxima a 12% até o final deste ano. O câmbio, por sua vez, continuará oscilando em torno de R$ 5,00/US$.

Sobre o câmbio, a boa notícia foi o lançamento, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de uma linha de crédito para produtores rurais que possuem recebíveis em dólares. Essa linha de crédito elimina incertezas quanto ao custo real do crédito, pois: de um lado, se houver valorização do dólar, o custo do crédito e a receita com a venda da produção aumentam, reduzindo o risco do produtor; e, de outro lado, se houver valorização do real, o custo do crédito e a receita diminuem. Apesar de não ser a opção mais barata de crédito, é a opção de menor risco disponível no mercado.

A notícia ruim para o setor é a tendência baixista dos preços. Na soja, para darmos um exemplo, a pressão vem da expectativa de safra recorde no Brasil e nos Estados Unidos. Aliado a isso, neste momento, o atraso na comercialização da safra tem causado um aumento na disponibilidade interna, aumentando a pressão. Como sempre alertamos, os produtores, para evitar prejuízo, mais do que nunca, devem buscar proteção contra risco de preços.

A necessidade de reduzir as emissões de gases do efeito estufa (GEE) está levando a uma mudança na abordagem da segurança energética e das políticas públicas em todo o mundo. Antes, as discussões internacionais concentravam-se, principalmente, na substituição de veículos a combustão por veículos elétricos como quase a única resposta para reduzir as emissões de GEE. No entanto, problemas, por exemplo, com o custo da infraestrutura de recarga e a dependência de fontes fósseis na geração de eletricidade limitam os benefícios imediatos da eletrificação e requerem apoio do poder público para ser resolvidos. Não existe uma solução única para as emissões de GEE no setor de transportes, e cada país deve buscar opções adaptadas às suas características e restrições. O Brasil possui uma variedade de alternativas energéticas provenientes da bioenergia, como etanol, bioeletricidade e biometano. É necessário desenvolver políticas públicas adequadas e um arcabouço legal que promova a sustentabilidade e aproveite as oportunidades da economia de baixo carbono.

Por fim, abordamos, na seção Gestão, a preocupação no setor agrícola em relação aos subsídios governamentais necessários para equalizar as taxas de juros do crédito rural no próximo Plano Safra. A análise mostra que, para ofertar financiamentos com taxas mais favoráveis, o Tesouro Nacional precisa subsidiar a diferença entre as taxas do crédito rural e as taxas de mercado. O orçamento limitado do Governo dificulta a disponibilização de taxas de juros mais baixas e crédito abrangente. O contexto que nos cerca hoje sugere que as taxas do próximo Plano Safra não devem ser mais baixas do que as do atual (2022/2023). ■